

Contencioso Administrativo e Tributário

Mestrado em Direito e Prática Jurídica

Especialidade em Ciências Jurídico-Forenses

Ano letivo 2023/2024 - 2.º semestre

1. Unidade Curricular

Contencioso Administrativo e Tributário – Turma C (Contencioso Administrativo)

2. Docente



João Tiago Silveira

joaotiagosilveira@fd.ulisboa.pt

joao.tiago.silveira@gmail.com

joao.tiago.silveira@mlgts.pt

João Tiago Silveira é doutorado em Direito e professor na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, onde leciona disciplinas na área do Direito Administrativo, Contencioso Administrativo, Direito do Urbanismo e Direito Constitucional. É Vice-Presidente do Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito de Lisboa, investigador do Centro de Investigação de Direito Público na mesma Faculdade e membro da Direção da *International Association of Legislation*.

Tem atividade relevante no setor privado enquanto sócio da sociedade de advogados Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva & Associados, onde coordena o Departamento de Direito Público, Urbanismo e Ambiente. É árbitro-presidente nos tribunais arbitrais do Conselho Económico e Social e árbitro do Centro de Arbitragem Administrativa.

Desempenha também as funções de Coordenador do Grupo de Trabalho para a Simplificação Administrativa e Redução dos Custos de Contexto na Vida das Empresas, designado pelo Governo.

Desempenhou vários altos cargos públicos, entre os quais os de Secretário de Estado da Justiça, Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros e Diretor do Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça. Nessas funções concebeu e executou iniciativas nas áreas da simplificação dos registos, notariado e propriedade industrial, utilização das novas tecnologias nos tribunais, *better regulation*, reabilitação urbana, resolução alternativa de litígios e reforma do Contencioso Administrativo.

João Tiago Silveira tem obra publicada e efetua habitualmente intervenções em colóquios e conferências nas áreas do Direito Administrativo, Contencioso Administrativo, Direito do Ambiente, Simplificação Administrativa e processual, *better regulation* e legística.

3. Tema: Meios processuais, tramitação e agilização processual no contencioso administrativo

Nas sessões desta disciplina pretende-se estudar como os meios processuais e a tramitação processual no Contencioso Administrativo podem contribuir para a aceleração dos processos nos tribunais administrativos. Portanto, o principal foco desta disciplina será o Contencioso Administrativo e, em especial, a tramitação processual e a agilização e aceleração processual.

Serão abordados os principais meios processuais declarativos no contencioso administrativo, incluindo a ação administrativa e os processos declarativos urgentes como, por exemplo, o contencioso pré-contratual urgente, a intimação para proteção de direitos, liberdades e garantias, o contencioso urgente de procedimentos de massa e a intimação para a prestação de informações, consulta de processos ou passagem de certidões.

Além das questões mais gerais relacionadas com as características destes meios processuais e os respetivos pressupostos, pretende-se estudar, em especial, a tramitação da ação administrativa e dos processos urgentes, com especial incidência sobre os mecanismos de agilização processual, que se destinam a acelerar os processos e a evitar a desuniformidade jurisprudencial. Trata-se de mecanismos especialmente importantes, tendo em conta a preocupação cada vez mais acentuada em assegurar que os processos administrativos se desenvolvem num prazo razoável e que ao tratamento de questões iguais é oferecida uma solução judicial idêntica, evitando o desperdício de meios e recursos no julgamento separado de casos que apresentem semelhanças.

4. Programação das aulas

Prevê-se que esta disciplina tenha 14 sessões, de 2 horas cada uma. Note-se que este número poderá oscilar, em função da calendarização específica destas sessões, que apenas ocorrerá antes do início do 2.º semestre.

As sessões serão desenvolvidas de acordo com a seguinte programação, sem prejuízo das adaptações que se revelem necessárias, nomeadamente face ao número de alunos:

- **1.^a a 4.^a sessões:** caracterização geral do contencioso administrativo português, apresentada pelo docente e discutida com os alunos.
- **5.^a sessão:** apresentação, por alunos que não tenham nacionalidade portuguesa, dos regimes de processo administrativo dos países de onde sejam originários.
- **6.^a a 8.^a sessões:** apresentação, pelo docente ou por docentes convidados, de temas relacionados com os meios processuais, a tramitação e os mecanismos de agilização processual, incluindo designadamente:
 - Utilização de mecanismos de agilização processual (processos em massa, reenvio prejudicial, extensão dos efeitos das sentenças, antecipação do juízo da causa principal no procedimento cautelar, etc)
 - O contencioso administrativo, o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem e a Convenção Europeia dos Direitos do Homem
 - A intervenção de terceiros e contrainteressados no contencioso administrativo
- **8.^a sessão e seguintes:** apresentação de temas escolhidos e estudados pelos alunos/grupos de alunos. Cada aluno/grupo de alunos poderá utilizar a sessão que lhe está destinada da forma que entender melhor para explorar o tema que escolheu, o que poderá envolver a apresentação do seu tema, a discussão sobre pontos específicos da sua investigação, a participação de convidados, etc.

Em todas as sessões será promovido o debate e a discussão ativa dos temas em causa entre os docentes e os alunos.

O número de sessões alocadas a cada tema poderá sofrer ajustes, em função dos horários que venham a ser estabelecidos, da dinâmica das sessões e do especial interesse manifestado pelos alunos em detalhar algum tema.

Bibliografia

- Afonso, Helena Maria Telo – Contencioso dos procedimentos de massa, Cadernos de Justiça Administrativa n.º 130, 2018.
- Almeida, António Duarte/Monteiro, Cláudio/Silva, José Luís Moreira da – A caminho da plenitude da justiça administrativa, Cadernos de Justiça Administrativa n.º 7, 1998.
- Almeida, José Mário Ferreira – As reformas do processo civil e do contencioso administrativo: autonomia e convergência, Cadernos de Justiça Administrativa n.º 106, 2014.
- Almeida, José Mário Ferreira – Algumas notas sobre a aproximação do processo administrativo ao processo civil, Cadernos de Justiça Administrativa n.º 102, 2013.
- Almeida, Aroso de/Cadilha, Carlos Alberto Fernandes – Comentário ao Código de Processo nos Tribunais Administrativos, 5.ª ed., Almedina, Coimbra, 2021.
- Almeida, Mário Aroso de – Manual de Processo Administrativo, 6.ª ed., Almedina, Coimbra, 2022.
- Almeida, Mário Aroso de – Considerações sobre o novo regime do contencioso administrativo, *Studia Juridica* n.º 86 – A Reforma da Justiça Administrativa, Coimbra Editora, Coimbra, 2005.
- Almeida, Mário Aroso de – Breve introdução à reforma do contencioso administrativo, Cadernos de Justiça Administrativa n.º 32, 2002.
- Almeida, Mário Aroso de – Novas perspectivas para o contencioso administrativo, Separata de *Juris et de Jure*, nos 20 anos da Faculdade de Direito da UCP, Porto, 1998.
- Alves, João Gomes – A marcha do processo no contencioso administrativo, Reforma do Contencioso Administrativo, vol. I, Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça, Coimbra Editora, Coimbra, 2003.
- Alves, Pedro Delgado – O novo regime de impugnação de normas, Novas e velhas andanças do contencioso administrativo, Estudos sobre a Reforma do Contencioso Administrativo, AAFDL, Lisboa, 2005.
- Amaral, Diogo Freitas do/Almeida, Mário Aroso de – Grandes Linhas da Reforma do Contencioso Administrativo, 3.ª ed., Almedina, Coimbra, 2004.
- Amaral, Diogo Freitas do – Intervenção do Professor Diogo Freitas do Amaral, Reforma do Contencioso Administrativo, vol. I, Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça, Coimbra Editora, Coimbra, 2003.

Amaral, Diogo Freitas do – Considerações gerais sobre a reforma do contencioso administrativo, Reforma do Contencioso Administrativo, vol. I, Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça, Coimbra Editora, Coimbra, 2003, e Cadernos de Justiça Administrativa n.º 22, 2000.

Andrade, José Carlos Vieira de – A Justiça Administrativa, 19.ª ed., Almedina, Coimbra, 2020.

Andrade, José Carlos Vieira de – Ofir: 20 anos depois, Cadernos de Justiça Administrativa n.º 106, 2014.

Andrade, José Carlos Vieira de – Meios urgentes e tutela cautelar, A Nova Justiça Administrativa, Centro de Estudos Judiciários, Coimbra Editora, Coimbra, 2006.

Andrade, José Carlos Vieira de – A acção de condenação à prática de acto devido, *Studia Juridica* n.º 86 – A Reforma da Justiça Administrativa, Coimbra Editora, Coimbra, 2005.

Andrade, José Carlos Vieira de – Intervenção do Professor Vieira de Andrade, Reforma do Contencioso Administrativo, vol. I, Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça, Coimbra Editora, Coimbra, 2003.

Andrade, José Carlos Vieira de – Relatório de síntese I, Cadernos de Justiça Administrativa n.º 28, 2001.

Andrade, José Carlos Vieira de – Relatórios de síntese, Cadernos de Justiça Administrativa n.º 16, 1999.

Antunes, Luís Filipe Colaço – O artigo 161.º do Código de Processo nos Tribunais Administrativos: uma complexa simplificação, Cadernos de Justiça Administrativa, n.º 43, 2004.

Antunes, Tiago – Um “passeio” pelos poderes condenatórios dos tribunais administrativos – Ac. do STA de 22.4.2004, de 22.4.2004, P. 1276/02, Cadernos de Justiça Administrativa n.º 51, 2005.

Arcenegui, Isidro E. de e outros – Comentarios a la Ley de la Jurisdicción Contencioso-Administrativa de 1998, Revista Española de Derecho Administrativo, n.º 100 (edição especial), Civitas, Madrid, 1999.

Ávila, Juan Manuel Alegre e outros – Comentarios a la Ley de la Jurisdicción Contencioso-Administrativa de 1998, Revista Española de Derecho Administrativo, n.º 100 (edição especial), Civitas, Madrid, 1999.

Belrhali-Bernard, Hafida – Les avis contentieux du Conseil d'État: remarques sur vingt années de pratique, L'actualité juridique droit administratif n.º 7/2010, Dalloz, 2010.

Benítez, Mariano López e outros – Comentarios a la Ley de la Jurisdicción Contencioso-Administrativa de 1998, Revista Española de Derecho Administrativo, n.º 100 (edição especial), Civitas, Madrid, 1999.

Bertoldini, Antonio – I riti immediati ed abbreviati previsti dalla Legge 21 Luglio 2000, N. 205: La mediazione giurisprudenziale tra certezza ed efetività di tutela, Diritto Processuale Amministrativo, anno XXI, fascicolo IV, Giuffrè, 2003.

Brito, Wladimir – Lições de Direito Processual Administrativo, 4.ª ed., Petrony Editora, 2021.

Cadilha, Carlos Alberto Fernandes/Cadilha, António – O contencioso pré-contratual e o regime de invalidade dos contratos públicos – Perspetivas face à Diretiva 2007/66/CE (Segunda Diretiva “Meios Contenciosos”), Almedina, Coimbra, 2013.

Cadilha, Carlos Alberto Fernandes – Dicionário de Contencioso Administrativo, Almedina, Coimbra, 2006.

Cadilha, Carlos Alberto Fernandes – A Reforma do Contencioso Administrativo: debate público (III), Cadernos de Justiça Administrativa n.º 23, 2000.

Cadilha, Carlos Alberto Fernandes – Reflexões sobre a marcha do processo, Reforma do Contencioso Administrativo, vol. I, Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça, Coimbra Editora, Coimbra, 2003 e Cadernos de Justiça Administrativa n.º 22, 2000.

Cadilha, Carlos Alberto Fernandes – A Reforma do Contencioso Administrativo: debate público (II), Cadernos de Justiça Administrativa n.º 21, 2000.

Cadilha, Carlos Alberto Fernandes – A Reforma do Contencioso Administrativo: debate público (I), Cadernos de Justiça Administrativa n.º 20, 2000.

Cadilha, Carlos Alberto Fernandes – A Reforma do Contencioso Administrativo: debate público, Cadernos de Justiça Administrativa n.º 19, 2000.

Carbajo, José Ramón Rodríguez – El Anteproyecto de Ley denominado de medidas de agilización procesal, Actualidad Administrativa n.º 5, 2011.

Cardoso, Dora Neto – Meios urgentes e tutela cautelar, A Nova Justiça Administrativa, Centro de Estudos Judiciários, Coimbra Editora, Coimbra, 2006.

Carvalho, Ana Celeste – A extensão dos efeitos da sentença no processo administrativo revisto, E-pública, Vol. 3, n.º 1 (abril 2016), ICJP-CIDP, disponível em <http://www.e-publica.pt/v3n1a05.html>.

Castroverde, Diego Córdoba – Las medidas de agilización procesal en el orden contencioso-administrativo: lo que la ley no dice y debería decir, Actualidad Administrativa n.º 21, 2011.

Chapus, René – Droit du contentieux administratif, 13.^a ed., Montchrestien, Paris, 2008.

Chavrier, Henri/Delamarre, Manuel – Leçons de contentieux administrative, Elipses, Paris, 2013.

Coimbra, José Duarte – A audiência prévia no contexto da tramitação da nova ação administrativa, Comentários à Legislação Processual Administrativa, 5.^a ed., Vol. II, AAFDL, Lisboa, 2020.

Contreras, Luis Martín – La extensión de efectos de una sentencia a terceros, El artículo 110 de la Ley Reguladora de la Jurisdicción Contencioso-Administrativa, Comares, Granada, 2010.

Correia, José Manuel Sérvulo – Da ação administrativa especial à nova ação administrativa, Cadernos de Justiça Administrativa n.º 106, 2014.

Correia, José Manuel Sérvulo – Direito do Contencioso Administrativo, vol. I, Lex, Lisboa, 2005.

Correia, José Manuel Sérvulo – Unidade ou pluralidade de meios processuais principais no contencioso administrativo, Estudos de Direito Processual Administrativo, Lex, Lisboa, 2002, e Cadernos de Justiça Administrativa n.º 22, 2000.

Correia, José Manuel Sérvulo – Contencioso Administrativo (lições policopiadas incompletas ao 5.º ano jurídico), AAFDL, Lisboa, 1990.

Correia, José Manuel Sérvulo/Carmona, Mafalda – O princípio *pro actione* no procedimento administrativo – Ac. do STA de 22.1.2004, P. 2064/03, Cadernos de Justiça Administrativa, n.º 44, 2004.

Costa, António – Intervenção do Ministro da Justiça, Dr. António Costa, Reforma do Contencioso Administrativo, vol. I, Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça, Coimbra Editora, Coimbra, 2003.

Costa, Jean-Paul – L'effectivité de la justice administrative en France, La Revue Administrative, 52^{ème} année, numéro spécial 8, PUF, 1999.

Courrèges, Anne/Daël, Serge – Contentieux administratif, 4.^a ed., PUF, 2013.

Coutinho, Juliana Ferraz – A prova no processo administrativo, Comentários à Legislação Processual Administrativa, 5.^a ed., AAFDL, Lisboa, 2020.

Daudí, Vicente Pérez – Reflexión crítica sobre el intento de agilización de la justicia, *Justicia* n.º 1, 2012.

David, Sofia – A aproximação e a articulação entre o Código de Processo nos Tribunais Administrativos e o Código de Processo Civil, *Comentários à Legislação Processual Administrativa*, 5.ª ed., Vol. I, AAFDL, Lisboa, 2020.

David, Sofia – Dos meios urgentes previstos no Título IV do CPTA: breve reflexão prática sobre o que temos e o que queremos, *Cadernos de Justiça Administrativa* n.º 94, 2012.

David, Sofia – Das Intimações, Considerações sobre uma (nova) tutela de urgência no Código de Processo nos Tribunais Administrativos, Almedina, Coimbra, 2005.

Eiró, Vera – O regime de antecipação da sentença por causa legítima de inexecução, *Comentários à Legislação Processual Administrativa*, 5.ª ed., Vol. I, AAFDL, Lisboa, 2020.

Enterría, Eduardo Garcia de/Fernández, Tomás-Ramón – *Curso de Derecho Administrativo II*, 16.ª ed., Civitas Thomson Reuters, Pamplona, 2020.

Enterría, Eduardo Garcia de – *Las transformaciones de la Justicia Administrativa: de la excepción singular a la plenitud jurisdiccional. Un cambio de paradigma?*, Civitas, Thomson Reuters, Pamplona, 2007.

Enterría, Eduardo Garcia de – *Perspectives d'évolution des justices administratives dans le cadre européen*, *Droit Administratif*, 40ème année, n.º 3, 2001.

Esteve, Avelino Blasco e outros – *Comentarios a la Ley de la Jurisdicción Contencioso-Administrativa de 1998*, *Revista Española de Derecho Administrativo*, n.º 100 (edición especial), Civitas, Madrid, 1999.

Estorninho, Maria João – *Contencioso dos contratos da Administração Pública*, *Cadernos de Justiça Administrativa* n.º 24, 2000.

Estorninho, Maria João – *Contencioso dos contratos da Administração Pública*, *Cadernos de Justiça Administrativa* n.º 16, 1999.

Estorninho, Maria João – *Algumas questões de contencioso dos contratos da Administração Pública*, AAFDL, Lisboa, 1996.

Eyermann, Erich/Fröhler, Ludwig/Geiger, Harald/Happ, Michael/Kraft, Ingo/Rennert, Klaus/Schmidt, Jörg – *Verwaltungsgerichtsordnung Kommentar*, 15.ª ed, C. H. Beck, München, 2018.

Fernandez, Elizabeth – *O processo e os fenómenos da massificação: desafios e dilemas*, *Cadernos de Justiça Administrativa* n.º 130, 2018.

Fernandez, Elizabeth – O novo juiz singular da ação administrativa : regras de competências e aplicação da lei no tempo, Cadernos de Justiça Administrativa n.º 114, 2015.

Fernandez, Elizabeth – Reflexos do CPC na tramitação da nova ação administrativa, O anteprojecto de revisão do Código de Processo nos Tribunais Administrativos e do Estatutos dos Tribunais Administrativos e Fiscais em debate, AAFDL, Lisboa, 2014.

Fernandez, Elizabeth – O Código de Processo nos Tribunais Administrativos à luz do novo Código de Processo Civil, Cadernos de Justiça Administrativa n.º 102, 2013.

Fernandez, Elizabeth – Urgência e recursos, A apelação autónoma das decisões interlocutórias, Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul (2.º Juízo) de 15.4.2010, P. 5959/10, Cadernos de Justiça Administrativa n.º 83, 2010.

Fernandez, Elizabeth – Artigo 149.º do CPTA: que apelação é esta?, Cadernos de Justiça Administrativa n.º 76, 2009.

Fonseca, Isabel Celeste – A batalha pela tutela de urgência, Almeida & Leitão, Porto, 2011.

Fonseca, Isabel Celeste M. – O contencioso dos contratos da Administração Pública – Notas sobre um domínio do contencioso administrativo de feição muito urgente, Estudos em homenagem ao Professor Marcello Caetano – No centenário do seu nascimento, vol. II, Coimbra Editora, Coimbra, 2006.

Fonseca, Isabel Celeste M. – Dos novos processos urgentes no contencioso administrativo, Lex, Lisboa, 2004.

Freitas, Dinamene – Os poderes do tribunal de apelação na intimação para protecção de direitos, liberdades e garantias – Ac. do TCA Norte de 12.3.2009, P. 2236/08.7BEPRT, Cadernos de Justiça Administrativa n.º 81, 2010.

Gallo, Carlo Emanuele – Manuale di giustizia amministrativa, 10.^a ed., G. Giappichelli Editore, 2020.

Gallo, Carlo Emanuele – Attività istruttoria ed abbreviazione dei tempi del giudizio: il ruolo dell'organo monocratico, Diritto Processuale Amministrativo, anno XX, fascicolo IV, Giuffrè, Milano, 2002.

García, Ricardo Alonso e outros – Comentarios a la Ley de la Jurisdicción Contencioso-Administrativa de 1998, Revista Española de Derecho Administrativo, n.º 100 (edição especial), Civitas, Madrid, 1999.

Gärditz, Klaus Ferdinand/Aschke, Manfred/Dietz, Andreas/Frey, Klaus/Germelmann, Class Friedrich/Glaser, Andreas/Goos, Christoph/Haack, Stefan/Jacob, Thomas/Jeromin,

Curt M./Kerkmann, Jochen/Knauff, Matthias/Krausnick, Daniel/Kreuter-Kirchhof, Charlotte/Lambrecht, Elisabeth/Ludwigs, Markus/Orth, Johannes/Praml, Rolf/Scheidler, Alfred/Schlacke, Sabine/Schneider, Karsten/Schübel-Pfister, Isabel/Unger, Sebastian/van Schewick, Florian/Waldhoff, Christian/Wimmer, Norbert/Windthorst, Kay/Winkelmüller, Michael/Wittreck, Fabian/Wollenschläger, Ferdinand – Verwaltungsgerichtordnung (VwGO) mit Nebengesetzen Kommentar, 2ª ed, Carl Heymanns Verlag, Köln, 2018.

Garnica, Ernesto García-Trevijano e outros – Comentarios a la Ley de la Jurisdicción Contencioso-Administrativa de 1998, Revista Española de Derecho Administrativo, n.º 100 (edição especial), Civitas, Madrid, 1999.

Gaudemet, Yves – La prévention du contentieux administratif par les avis du Conseil D'Etat, La Revue Administrative, 52ème année, numéro spécial 1, PUF, 1999.

Glaeser, Walter Schmitt – Massenverfahren vor den Verwaltungsgerichten, Deutsche Richterzeitung, agosto 1980.

Gohin, Olivier – Contentieux administratif, 10.ª ed., LexisNexis, Paris, 2020.

Gomes, Carla Amado/Calado, Diogo – O regime da seleção de processos com andamento prioritário, Comentários à Legislação Processual Administrativa, 5.ª ed., Vol. I, AAFDL, Lisboa, 2020.

Gomes, Carla Amado - O regime da seleção de processos com andamento prioritário na revisão de 2019, E-pública, Vol. 6, n.º 3 (dezembro 2019), ICJP-CIDP, disponível em <https://www.e-publica.pt/volumes/v6n3a05.html>.

Gomes, Carla Amado/Calado, Diogo - O regime da seleção de processos com andamento prioritário, Comentários à Legislação Processual Administrativa, 5.ª ed., Vol. I, AAFDL, Lisboa, 2020.

Gomes, Carla Amado – Processos em massa e contencioso dos procedimentos em massa: o que os une e o que os separa?, Comentários à revisão do CPTA e do ETAF, 3.ª ed., AAFDL, Lisboa, 2017.

Gomes, Carla Amado – Uma revisão previsível: a convocação do processo de intimação para defesa de direitos, liberdade e garantias em providência cautelar (artigo 110.º-A do Anteprojecto de revisão do CPTA), O anteprojecto de revisão do Código de Processo nos Tribunais Administrativos e do Estatutos dos Tribunais Administrativos e Fiscais em debate, AAFDL, Lisboa, 2014.

Gomes, Carla Amado – *Una notazione molto particolare* – reflexões em sede de intimação para defesa de direitos, liberdades e garantias, Cadernos de Justiça Administrativa n.º 90, 2011.

Gomes, Carla Amado – Pretexto, contexto e texto da intimação para protecção de direitos, liberdades e garantias, Textos Dispersos de Direito do Contencioso Administrativo, AAFDL, Lisboa, 2009.

Gomes, Carla Amado – Contra uma interpretação demasiado conforme à Constituição do artigo 109.º/1 CPTA, Textos Dispersos de Direito do Contencioso Administrativo, AAFDL, Lisboa, 2009.

Gomes, Carla Amado – Dúvidas não metódicas sobre o novo processo de impugnação de normas do CPTA, Textos Dispersos de Direito do Contencioso Administrativo, AAFDL, Lisboa, 2009.

Gomes, Carla Amado – O “caso decidido”: Uma instituição (ainda) do nosso tempo? Reflexões a propósito do artigo 161.º do CPTA, Cadernos de Justiça Administrativa n.º 70, 2008 e Textos Dispersos de Direito do Contencioso Administrativo, AAFDL, Lisboa, 2009.

Gomes, Carla Amado – Intimação para protecção de que direitos, liberdades e garantias? – Ac. do STA de 18.11.2004, P. 978/04, Cadernos de Justiça Administrativa n.º 50, 2005.

Gomes, Vítor – O reenvio prejudicial para o Supremo Tribunal Administrativo: limites naturais ou insucesso?, Cadernos de Justiça Administrativa n.º 101, 2013.

Gonçalves, Pedro – Avaliação do regime jurídico do contencioso pré-contratual urgente, Cadernos de Justiça Administrativa n.º 62, 2007.

Gonçalves, Pedro – Contencioso administrativo pré-contratual, Cadernos de Justiça Administrativa n.º 44, 2004.

González, Jesús María Chamorro – La Ley 37/2011, de 10 de octubre, de Medidas de Agilización Procesal y los Juzgados de lo Contencioso-Administrativo, Actualidad Administrativa n.º 21, 2011.

González, Jesús María Chamorro/Híjar, Juan Carlos Zapata – El Procedimiento Abreviado en la Jurisdicción Contencioso-Administrativa, 3.ª ed., Aranzadi Thomson Reuters, Pamplona, 2011.

González, José Ignacio López e outros – Comentarios a la Ley de la Jurisdicción Contencioso-Administrativa de 1998, Revista Española de Derecho Administrativo, n.º 100 (edição especial), Civitas, Madrid, 1999.

Hufen, Friedhelm – Verwaltungsprozessrecht, 12.ª ed., C. H. Beck, München, 2021.

Ibañez, José Luis Gil – El nuevo procedimiento contencioso-administrativo abreviado, Poder Judicial n.º 53.

Ibañez, M^a Rosario Alonso e outros – Comentarios a la Ley de la Jurisdicción Contencioso-Administrativa de 1998, Revista Española de Derecho Administrativo, n.º 100 (edição especial), Civitas, Madrid, 1999.

Ibañez, Santiago González-Varas – Comentarios a la Ley de la Jurisdicción Contencioso-Administrativa (Ley 29/1998, de 13 de julio), adaptados a la nueva concepción subjetiva, Tecnos, Madrid, 1999.

Iniesta, Ignacio Borrajo e outros – Comentarios a la Ley de la Jurisdicción Contencioso-Administrativa de 1998, Revista Española de Derecho Administrativo, n.º 100 (edição especial), Civitas, Madrid, 1999.

José, Rosendo Dias – O que está a acontecer com as acções administrativas especiais, Cadernos de Justiça Administrativa n.º 47, 2004.

José, Rosendo Dias – Intervenção do Conselheiro Rosendo Dias José, Reforma do Contencioso Administrativo, vol. I, Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça, Coimbra Editora, Coimbra, 2003.

Jurado, Diego J. Vera e outros – Comentarios a la Ley de la Jurisdicción Contencioso-Administrativa de 1998, Revista Española de Derecho Administrativo, n.º 100 (edição especial), Civitas, Madrid, 1999.

Kopp/Schenke – Verwaltungsgerichtsordnung Kommentar, 27.^a ed., C. H. Beck, München, 2021.

Loureiro, Joana de Sousa – Processo de intimação para proteção de direitos, liberdades e garantias: breves notas a propósito da nova reforma do contencioso administrativo, Comentários à Revisão do ETAF e do CPTA, 3.^a ed., AAFDL, Lisboa, 2017.

Leitão, Alexandra – Algumas questões a propósito da acção administrativa especial, Cadernos de Justiça Administrativa n.º 47, 2004.

Maçãs, Maria Fernanda – A tutela pré-cautelares em revisão: breves reflexões, Cadernos de Justiça Administrativa n.º 106, 2014.

Maçãs, Maria Fernanda – A propósito da especial urgência do art. 131.º do CPTA: um caso particular do *periculum in mora* – Ac. do TCA Sul de 7.4.2011, P. 7184/11, Cadernos de Justiça Administrativa n.º 96, 2012.

Machete, Rui Chancerelle de – A reforma da justiça administrativa deve continuar, Cadernos de Justiça Administrativa n.º 94, 2012.

Machete, Rui Chancerelle de – A condenação à prática de acto devido – Algumas questões, Cadernos de Justiça Administrativa n.º 50, 2005.

Marques, Francisco Paes – Conflitos entre particulares no contencioso administrativo. Almedina, Coimbra, 2019.

Martini, Mario – Verwaltungsprozessrecht, Systematische Darstellung in Grafik-Text-Kombination, 6.ª ed, Vahlen, München, 2017.

Martins, Manuel – O reenvio prejudicial ao STA no novo contencioso administrativo, Estudos de Direito Público, Âncora Editora, Lisboa, 2006.

Mayer-Ladewig, Jens – Massenverfahren in der Verwaltungsgerichtsbarkeit, Neue Zeitschrift für Verwaltungsrecht, caderno 7, 1982.

Matos, Sara Younis Augusto de – Intimação para prestação de informações, consulta de processos ou passagem de certidões, Comentários à Legislação Processual Administrativa, 5.ª ed., AAFDL, Lisboa, 2020.

Mealha, Esperança/Maçãs, Fernanda/Dantas, Álvaro/Teles, Bárbara Tavares/Carvalho, Carlos/Neto, Dora Lucas/Sousa, Jorge Nuno Lopes de/Reis, Margarida/Torres, Mário/David, Sofia – Mudar a Justiça Administrativa e Fiscal, Almedina, Coimbra, 2013.

Mealha, Esperança – A ação administrativa: uma encruzilhada de acessos a um caminho processual único, Comentários à Legislação Processual Administrativa, 5.ª ed., AAFDL, Lisboa, 2020.

Mealha, Esperança – Contencioso (urgente) dos procedimentos de massa, Cadernos de Justiça Administrativa n.º 106, 2014.

Mealha, Esperança – A condenação à prática de acto devido na jurisprudência, Revista do Ministério Público n.º 117, 2009.

Melo, António Barbosa de – Direito Administrativo II (sumários das lições proferidas na Faculdade de Direito de Coimbra no ano letivo de 1986/1987), Coimbra Editora, Coimbra, 1987.

Melo, Pedro/Cordeiro, Maria Ataíde – O regime do contencioso pré-contratual urgente, Comentários à Legislação Processual Administrativa, 5.ª ed., AAFDL, Lisboa, 2021.

Mendes, Armindo Ribeiro – Uma reclamação indesejada, verdadeira armadilha *contra actionem*, anotação ao acórdão do Supremo Tribunal Administrativo (Pleno da 1.ª Secção) n.º 3/2012, P. 420/12, de 5.6.2012, Cadernos de Justiça Administrativa n.º 97, 2013.

Mendes, Armindo Ribeiro – A amplitude do princípio da substituição na apelação administrativa – O art. 149.º do CPTA na jurisprudência, Cadernos de Justiça Administrativa n.º 80, 2010.

Mignone, Claudio/Vipiana, Piera Maria – Manuale di giustizia amministrativa, CEDAM, Padova, 2012.

Montefusco, Rafaele – La sentenza in forma semplificata, Il codice del processo amministrativo, Dalla giustizia amministrativa al diritto processuale amministrativo, G. Giappichelli Editore, Turim, 2012.

Morais, Carlos Blanco de – Brevíssimas notas sobre a revisão do CPTA e do ETAF em matéria de contencioso regulamentar, Cadernos de Justiça Administrativa n.º 65, 2007.

Muñoz, José María Ayala/Alvear, José María Fernández-Dava/Mercado, Francisco García Gómez de/Delgado, José Manuel Gutiérrez/Boadilla, Ricardo Huesca/Montoro, Fernando Irurzun/González, Manuel Rivero/Gandasegui, Francisco Sanz/Fernández, Juan José Torres/Labela, José Ignacio Veja – Comentarios a la Ley de la Jurisdicción Contencioso-Administrativa de 1998, 5.ª ed., Aranzadi Thomson Reuters, 2012.

Neto, Dora Lucas – A urgência no Anteprojecto de revisão do CPTA sob o prisma do novo contencioso dos processos de massa, O anteprojecto de revisão do Código de Processo nos Tribunais Administrativos e do Estatutos dos Tribunais Administrativos e Fiscais em debate, AAFDL, Lisboa, 2014.

Neto, Dora Lucas – Notas sobre a antecipação do juízo sobre a causa principal (um comentário ao artigo 121.º do CPTA), Revista de Direito Público e Regulação n.º 1, CEDIPRE, maio de 2009, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Coimbra, disponível em http://www.fd.uc.pt/cedipre/pdfs/revista_dpr/revista_1.pdf.

Neves, Ana F. – Contencioso dos procedimentos de massa: pressuposto processual específico e erro na forma de processo – Ac. Do TCA Sul de 5.7.2017, P. 60/16.2BEPDL anotado, Cadernos de Justiça Administrativa n.º 128, 2018.

Oliveira, António Cândido de – Organização dos tribunais administrativos e fiscais, Reforma do Contencioso Administrativo, vol. I, Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça, Coimbra Editora, Coimbra, 2003.

Oliveira, António Cândido de – Apontamentos sobre a reforma do direito processual administrativo, Reforma do Contencioso Administrativo, vol. I, Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça, Coimbra Editora, Coimbra, 2003.

Oliveira, Mário Esteves de/Oliveira, Rodrigo Esteves de – Código de Processo nos Tribunais Administrativos e Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais anotados, vol. I, Almedina, Coimbra, 2004.

Oliveira, António Mendes – Os princípios do processo administrativo eletrónico, Cadernos de Justiça Administrativa n.º 138, 2019.

Oliveira, António Mendes – Litigância massificada no contencioso administrativo e tributário: perspectivas e propostas, Cadernos de Justiça Administrativa n.º 129, 2018.

Oliveira, Rodrigo Esteves de – O contencioso urgente da contratação pública, Cadernos de Justiça Administrativa n.º 78, 2009.

Oliveira, Rodrigo Esteves – Meios urgentes e tutela cautelar, A Nova Justiça Administrativa, Centro de Estudos Judiciários, Coimbra Editora, Coimbra, 2006.

Oliveira, Rodrigo Esteves de – Processo Executivo: Algumas Questões, *Studia Juridica* n.º 86 – A Reforma da Justiça Administrativa, Coimbra Editora, Coimbra, 2005.

Olmeda, Alberto Palomar/Díez, Alfredo de Diego/Pajuelo, Francisco de Miguel/Perales, José M.ª Aristóteles Magán/Valle, Reyes Zatarain de – Tratado de la Jurisdicción Contencioso-Administrativa, Tomo IV, Thomson Aranzadi, Pamplona, 2008.

Otero, Paulo – Breve nota sobre o processo político-constitucional de reforma do contencioso administrativo, Cadernos de Justiça Administrativa n.º 28, 2001.

Otero, Paulo – A impugnação de normas no anteprojecto de Código de Processo nos Tribunais Administrativos, Reforma do Contencioso Administrativo, vol. I, Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça, Coimbra Editora, Coimbra, 2003 e Cadernos de Justiça Administrativa n.º 22, 2000.

Pação, Jorge – Breve reflexão sobre o novo regime de convolação da intimação para proteção de direitos, liberdades e garantias em processo cautelar, O anteprojecto de revisão do Código de Processo nos Tribunais Administrativos e do Estatutos dos Tribunais Administrativos e Fiscais em debate, AAFDL, Lisboa, 2014.

Pacteau, Bernard – Manuel de contentieux administratif, 3.ª ed., PUF, Paris, 2014.

Pacteau, Bernard – Traité de contentieux administratif, PUF, Paris, 2008.

Paniagua, Enrique Linde – Luces y sombras en el procedimiento en primera o única instancia de la Ley de la Jurisdicción contencioso-administrativa de 13 de julio de 1998, Poder Judicial n.º 56.

Pardo, José Esteve/Ibañez, José Luis Requero/Domínguez, Nicolás González-Deleito/Rincón, José Suay/Rexach, Eduardo Menéndez/Urrés, Santiago Milans Bosch y Jordan de/Velasco, Joaquín Huelin Martínez/Martín, Eduardo Ortega/Cienfuegos, José María Álvarez de/Castiella, Iñigo del Guayo/López, Enrique Domingo/Jiménez-Blanco, Antonio/Martín, Encarnación Montoya/Mas, Joaquín Tornos/Abián, Rosario Herrera/Vuande, Jesús María Santos – Comentarios a la Ley de la Jurisdicción Contencioso-Administrativa (Ley 29/1998, de 13 de julio), Edersa, Madrid, 1999.

Pedro, Jesús Prieto de e outros – Comentarios a la Ley de la Jurisdicción Contencioso-Administrativa de 1998, Revista Española de Derecho Administrativo, n.º 100 (edición especial), Civitas, Madrid, 1999.

Pereira, Rui Belfo – O art. 27.º, n.º 1, alínea i), do CPTA: meio de agilização processual ou foco autónomo de aumento de litígios?, Cadernos de Justiça Administrativa n.º 101, 2013.

Pérez, Ignacio Aranguren/Rivas, Juan José González – Comentarios a la Ley reguladora de la Jurisdicción Contenciosa Administrativa 29/1998, de 13 de julio, 2.ª ed., Thomson Civitas, 2008.

Pérez, Marta Garcia – La Ley de la jurisdicción contencioso-administrativa de 1998, Reforma do Contencioso Administrativo, vol. I, Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça, Coimbra Editora, Coimbra, 2003.

Pinheiro, Rui – Intervenção do Conselheiro Rui Pinheiro, Reforma do Contencioso Administrativo, vol. I, Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça, Coimbra Editora, Coimbra, 2003.

Pires, Rita Calçada – O pedido de condenação à prática de acto administrativo legalmente devido. Desafiar a modernização administrativa?, Almedina, Coimbra, 2004.

Posser, Herbert/Wolff, Heinrich Amadeus – Verwaltungsgerichtsordnung Kommentar, 2.ª ed., C. H. Beck, München, 2014.

Quadros, Fausto de – A europeização do contencioso administrativo, Estudos em homenagem ao Professor Marcello Caetano – No centenário do seu nascimento, vol. I, Coimbra Editora, Coimbra, 2006.

Quadros, Fausto de – Algumas considerações gerais sobre a reforma do contencioso administrativo. Em especial, as providências cautelares, Reforma do Contencioso Administrativo, vol. I, Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça, Coimbra Editora, Coimbra, 2003.

Raganelli, Biancamaria – Efficacia della giustizia amministrativa e pienezza della tutela, G. Giappichelli Editore, Turim, 2012.

Raposo, João – O novo contencioso urgente dos procedimentos de massa, Cadernos de Justiça Administrativa n.º 106, 2014.

Raposo, João – Os pressupostos processuais no nível Código de Processo nos Tribunais Administrativos, Separata da obra “Estudos de homenagem ao Professor Germano Marques da Silva”, Almedina, Coimbra, 2004.

Raposo, João – A tramitação da acção administrativa especial, Cadernos de Justiça Administrativa n.º 39, 2003.

Redeker, Konrad/Oertzen, Hans-Joachim/Redeker, Martin/Kothe, Peter/von Nicolai, Helmuth – Verwaltungsgerichtsordnung Kommentar, 17.^a ed., Verlag W. Kohlhammer, Stuttgart, 2021

Rexach, Angel Menéndes e outros – Comentarios a la Ley de la Jurisdicción Contencioso-Administrativa de 1998, Revista Española de Derecho Administrativo, n.º 100 (edição especial), Civitas, Madrid, 1999.

Ricci, Jean-Claude – Contentieux Administratif, 5.^a ed., Hachette, Paris, 2016.

Roca, Eduardo Roca/Martín, María del Pilar Bensusan/Gálvez, Juan Francisco Pérez/Fernández-Castany, María Luisa Roca – Ley 29/1998, de 13 de julio, reguladora de la Jurisdicción Contencioso-Administrativa, concordada, comentada y con jurisprudencia, Tecnos, Madrid, 2005.

Rouault, Marie-Christine, Contentieux Administratif, Larcier, Paris, 2015.

Saitta, Nazareno – Sistema di Giustizia Amministrativa, 7.^a ed, Editoriale Scientifica, 2021.

Sajet, Franck – Le contentieux administratif, MB Edition, 2002.

Salvador, Antero Pires – Reflexos do CPC na tramitação da nova acção administrativa, O anteprojecto de revisão do Código de Processo nos Tribunais Administrativos e do Estatutos dos Tribunais Administrativos e Fiscais em debate, AAFDL, Lisboa, 2014.

Sánchez, Luis Pomed e outros – Comentarios a la Ley de la Jurisdicción Contencioso-Administrativa de 1998, Revista Española de Derecho Administrativo, n.º 100 (edição especial), Civitas, Madrid, 1999.

Sánchez, Pascual Sala/Ríos, Juan Antonio Xiol/Montalvo, Rafael Fernández – Práctica Procesal Contencioso-Administrativa, Tomo IX, Bosch, Barcelona, 1999.

Sánchez, Pascual Sala/Ríos, Juan Antonio Xiol/Montalvo, Rafael Fernández – Práctica Procesal Contencioso-Administrativa, Tomo VII, Bosch, Barcelona, 1999.

Sánchez, Rafael Caballero – La *Beschleunigung* o aceleración del procedimiento administrativo y del processo contencioso en Alemania, Revista de Administración Pública n.º 147, 1998.

Schenke, Wolf-Rüdiger – Verwaltungsprozessrecht, 17.^a ed, C. F. Müller, Heidelberg/München/Landsberg/Frechen/Hamburg, 2021.

Schmidt, Rolf – Verwaltungsprozessrecht, Zulässigkeit und Begründetheit verwaltungsrechtlicher Verfahren, 19.^a ed., Pinkvoss, Grasberg bei Bremen, 2019.

Sennewald, Marlene – O instituto da convolação da tutela cautelar em tutela final urgente consagrado no artigo 121.º do CPTA, Revista de Direito Público e Regulação n.º 5, CEDIPRE, março de 2010, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Coimbra, disponível em http://www.fd.uc.pt/cedipre/pdfs/revista_dpr/revista_5.pdf.

Serrão, Tiago – Processo electrónico e acção administrativa: breves relexões, Revista do Ministério Público, 161 (jan-mar 2020).

Silva, Paula Costa e - O desejável aprofundamento do diálogo entre tribunais. A consulta prévia, os tribunais arbitrais e o Supremo Tribunal Administrativo, E-pública, Vol. 6, n.º 3 (dezembro 2019), ICJP-CIDP, disponível em <https://www.e-publica.pt/volumes/v6n3a04.html>.

Silva, Vasco Pereira da – Revisitando a “reforminha” do Processo Administrativo de 2019 – “Do Útil, do Supérfluo e do Erróneo”, E-pública, Vol. 6, n.º 3 (dezembro 2019), ICJP-CIDP, disponível em <https://www.e-publica.pt/volumes/v6n3a02.html>.

Silva, Vasco Pereira da – O contencioso administrativo no divã da psicanálise, Ensaio sobre as acções no novo processo administrativo, 2.^a ed, Almedina, Coimbra, 2009.

Silva, Vasco Pereira da – Todo o contencioso administrativo se tornou de plena jurisdição, Cadernos de Justiça Administrativa n.º 34, 2002.

Silva, Vasco Pereira da – Vem aí a Reforma do Contencioso Administrativo (!?), Reforma do Contencioso Administrativo, vol. I, Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça, Coimbra Editora, Coimbra, 2003 e Cadernos de Justiça Administrativa n.º 19, 2000.

Silva, Vasco Pereira da – Ventos de mudança no Contencioso Administrativo, Almedina, Coimbra, 2000.

Silva, Vasco Pereira da – O contencioso administrativo como “Direito Constitucional concretizado” ou “ainda por concretizar”?, Coimbra Editora, Coimbra, 1999.

Silva, Vasco Pereira da – Breve crónica de uma Reforma Anunciada, Cadernos de Justiça Administrativa n.º 1, 1997.

Silva, Vasco Pereira da – Para um contencioso administrativo dos particulares, Coimbra Editora, Coimbra, 1989.

Silveira, João Tiago - Execução da Reforma do Contencioso Administrativo: alterar leis ou alterar práticas?, A Justiça Administrativa em Portugal, Diagnóstico presente e perspetivas futuras (coordenação de Tiago Serrão e Marco Caldeira), AAFDL, Lisboa, 2022.

Silveira, João Tiago – A agilização processual na revisão do processo administrativo, Comentários à Legislação Processual Administrativa, 5.ª ed., AAFDL, Lisboa, 2020.

Silveira, João Tiago – Processos em massa e processo urgente para procedimentos de massa na revisão do CPTA, Estudos em homenagem ao Professor Doutor António Cândido de Oliveira, Almedina, Coimbra, 2017.

Silveira, João Tiago – Processos em massa e processo urgente para procedimentos de massa na revisão do CPTA, Estudos em homenagem ao Professor Doutor António Cândido de Oliveira, Almedina, Coimbra, 2017.

Silveira, João Tiago - A arbitragem e o artigo 476.º na revisão do Código dos Contratos Públicos, Revista de Direito Administrativo, n.º 1 (janeiro-abril 2018), AAFDL, Lisboa.

Silveira, João Tiago – A agilização processual no processo declarativo não urgente na revisão do CPTA, *Liber Amicorum* Fausto de Quadros, vol. I, Almedina, Coimbra, 2016. Silveira, João Tiago – A revisão do CPTA e a arbitragem institucionalizada no direito administrativo, Arbitragem Administrativa n.º 1, CAAD, 2015.

Silveira, João Tiago – O processo de massa urgente na revisão do CPTA, O anteprojecto de revisão do Código de Processo nos Tribunais Administrativos e do Estatutos dos Tribunais Administrativos e Fiscais em debate, AAFDL, Lisboa, 2014.

Silveira, João Tiago – O mecanismo dos processos em massa no contencioso administrativo, Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Jorge Miranda, vol. IV, Coimbra Editora, Coimbra, 2012.

Silveira, João Tiago – A extensão dos efeitos a casos idênticos no contencioso administrativo, Estudos em Homenagem a Miguel Galvão Teles, vol. I, Almedina, Coimbra, 2012.

Silveira, João Tiago – A Reforma do Contencioso Administrativo, Revista Jurídica, AAFDL, Lisboa, n.º 25, Abril 2002.

Silveira, João Tiago/Mac Crorie, Benedita – Notas sobre a discussão pública da Reforma do Contencioso Administrativo, Revista Jurídica, AAFDL, Lisboa, n.º 24, abril 2001.

Sodan, Helge/Ziekow, Jan/Aulehner, Josef/Blanke, Hermann-Josef/Brenner, Michael/Czybulka, Detlef/Dörr, Oliver/Dolderer, Michael/Geis, Max-Emanuel/Guckelberger, Annette/Heckmann, Dirk/Höfling, Wolfram/Kilian, Michael/Kronisch, Joachim/Lang, Heinrich/Neumann, Werner/Puttler, Adelheid/Rixen, Stephan/Schmid, Viola/Seibert, Max-Jürgen/Sodan, Helge/Wolff, Heinrich Amadeus/Ziekow, Jan – Verwaltungsgerichtsordnung Grosskommentar, 5.ª ed., Nomos, Baden-Baden, 2018.

Sommermann, Karl-Peter – La justicia administrativa alemana, La justicia administrativa en el derecho comparado, Civitas, Madrid, 1993.

Sousa, Jorge Manuel Lopes de – Notas práticas sobre o decretamento provisório de providências cautelares, Cadernos de Justiça Administrativa n.º 47, 2004.

Sousa, Miguel Teixeira de – A notificação das partes dos processos suspensos nos processos em massa (anotação aos acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo (pleno da 1.ª secção) n.ºs 1/2009, p. 790, de 27/11/2008 e 2/2009, p. 791, de 22/1/2009), Cadernos de Justiça Administrativa, n.º 74, 2009.

Torres, Mário – Relatório de Síntese II, Cadernos de Justiça Administrativa n.º 28, 2001.

Torres Mário – Relatórios de síntese, Cadernos de Justiça Administrativa n.º 16, 1999.

Torres, Mário – A reforma do contencioso administrativo: Que metodologia?, Cadernos de Justiça Administrativa n.º 9, 1998.

Travi, Aldo – Lezioni di giustizia amministrativa, 14.ª ed, Giappicchelli, Turim, 2021.

Uhlenberg, Klaus-Peter – Handbuch Verwaltungsverfahren und Verwaltungsprozess (coordenação de Brandt/Sachs), 4.ª ed., C. F. Müller, Heidelberg, 2017.

Vários autores (coordenação de Carla Amado Gomes/Ana F. Neves/Tiago Serrão) - Comentários à Legislação Processual Administrativa, 5.ª ed., AAFDL, Lisboa, 2020.

Vicente, Marino de la Llana – El procedimiento abreviado contencioso-administrativo, Actualidad Administrativa n.º 34, 2000.

Vijande, Jesús María Santos/Pardo, José Esteve/Ibañez, José Luis Requero/Domínguez, Nicolás González-Deleito/Rincón, José Suay/Rexach, Eduardo Menéndez/Urríes, Santiago Milans del Bosch y Jordán de/Velasco, Joaquín Huelin Martínez/Martín, Eduardo Ortega/Cienfuegos, José María Álvarez de/Castiella, Iñigo del Guayo/López, Enrique Domingo/Jiménez-Blanco, Antonio/Martín, Encarnación Montoya/Mas, Joaquín

Tornos/Abían, Rosario Herrera – Comentarios a la jurisdicción contencioso-administrativo (Ley 29/1998, de 13 de julio), Edersa, 1999.

Wolff, Heinrich Amadeus/Decker, Andreas – Verwaltungsgerichtsordnung (VwGO), Verwaltungsverfahrensgesetz (VwVfG), Studienkommentar, 4.ª ed., C. H. Beck. München, 2021.

Würtenberger, Thomas – Verwaltungsprozessrecht, Ein Studienbuch, 4.ª ed., C. H. Beck, München, 2018.

Obras coletivas:

A Justiça Administrativa em Portugal (coordenação de Tiago Serrão e Marco Caldeira), Diagnóstico presente e perspectivas futuras, AAFDL, Lisboa, 2022.

Comentários à Legislação Processual Administrativa (coordenação de Carla Amado Gomes, Ana F. Neves e Tiago Serrão), vols. I e II, AAFDL, Lisboa, 2020.